

## **D. Francisco Gomes do Avelar no episcopado do seu tempo**

D. Francisco Gomes do Avelar nasceu no lugar do Mato, Calhandriz-Alverca, a 17 de Janeiro de 1739, de família pobre. Entrou para os Oratorianos de Lisboa em 1757. Padre em 1763, foi professor de retórica, filosofia, moral e Sagrada Escritura. Em 1784 acompanhou o núncio Rannuzi a Roma, donde voltou para o Oratório de Lisboa em 1788. Foi eleito bispo do Algarve em 18 de Janeiro de 1789, confirmado por Pio VI em 29 de Março, sagrado em 26 de Abril e tomou posse da sua sé em 26 de Maio. Não tardou a fazer visita pastoral a toda a diocese. Repetiu-a quanto pôde. Não se limitava às determinações espirituais, cuidando ainda das temporais, da reconstrução dos templos — Cacela, Santa Maria de Tavira, S. Brás de Alportel, Albufeira, Aljezur, Lagoa (a única paga pelos paroquianos)... — aos melhoramentos agrícolas, das pontes e calçadas às termas de Monchique. Mandou vir artistas italianos, tanto para as obras como para ensinar artífices nacionais. Atento aos orfãos, aos pobres e desamparados, às Misericórdias, especialmente à de Faro que reconstruiu. A 8 de Janeiro de 1797 conseguiu abrir o Seminário de Faro, que levantou com rapidez e largueza. Incrementou a piedade, a instrução religiosa e a liturgia por toda a diocese. Proibiu os enterramentos nas igrejas, mandando construir cemitérios. Quando chegou ao Algarve a primeira invasão francesa, teve de acolher o comandante estrangeiro no seu paço, para minimizar as consequências sobre o povo; mas secundou o movimento patriótico de Olhão em Junho desse ano de 1808. Presidiu depois à Junta Provisória da Regência e ao Governo das Armas na província, fortificando a margem do Guadiana para prevenir novas invasões. Teve de lutar contra resistências internas, em especial as do cabido, que não compreendia nem acompanhava a sua maneira nova de exercer o cargo episcopal, ao mesmo tempo desprovida e tenaz.

Ou contra a falta de correspondência de outros, que não concorriam com os respectivos fundos para as obras em que se tinham comprometido com ele. Os recursos vinham-lhe dos dizimos, que administrava com prudência. Faleceu, louvado e admirado pela generalidade dos diocesanos e do país, a 15 de Dezembro de 1816 <sup>1</sup>.

Um breve esboço biográfico, suficiente embora para realçar o seu perfil ilustrado e reformador. Ilustrado, porque várias destas medidas visavam difundir um cristianismo «iluminista», ou seja, promotor da instrução religiosa e moral, da vida cultural e civil, da agricultura e da economia. Reformador, porque recuperava a simplicidade evangélica e apostólica, saltando sobre a distração barroca para reviver como pastor no meio das ovelhas, tratando com elas em linguagem simples e gestos próximos.

Procuremos agora realçá-lo mais, integrando-o no episcopado português da altura. Veremos que se aproxima de alguns bispos e se destaca de outros, uma vez que coincidiam então o que restava do episcopado barroco de corte, de algum modo joanino (de D. João V) e o que se acentuara — sem principiar absolutamente, pois vinha de trás — na segunda metade de setecentos e que podemos considerar mais pastoral, quer ligado às reformas pombalinas quer, mormente, ao reinado da Piedosa, como era o seu caso.

Antes de mais, um conspecto quantitativo. Enquanto D. Francisco esteve à frente da Igreja algarvia, sucederam-se muitos preladados nas outras igrejas de Portugal: três em Angra, três em Aveiro, três em Beja, três em Braga, dois em Bragança e Miranda, um em Castelo Branco, um em Coimbra, quatro em Elvas, três em Évora, dois no Funchal, dois na Guarda, um em Lamego, dois em Leiria, um em Lisboa, dois em Pinhel, dois em Portalegre, quatro no Porto e dois em Viseu.

D. Francisco Gomes do Avelar, integra-se pois no grupo dos episcopados mais longos, ainda que não fosse o mais duradouro. Esteve 27 anos à frente da igreja algarvia (1789-1816), enquanto o seu grande amigo e correspondente D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas esteve 32 à frente da de Beja (1770-1802; e depois mais 12 em Évora), D. Frei Vicente Ferreira da Rocha esteve 32 à frente

---

<sup>1</sup> Para a biografia de D. Francisco Gomes do Avelar, começar pela respectiva entrada no *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Dir. A.A. Banha de Andrade. 2.º volume. Lisboa: Editorial Resistência, 1983, p. 53-55, da autoria do Con. JOAQUIM CABRITA, com o elenco das obras e da bibliografia. Desta última destaca-se a obra de F. X. ATAÍDE OLIVEIRA, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar, Arcebispo-Bispo do Algarve*. Porto: Tipografia Universal, 1902.

da de Castelo Branco (1782-1814), D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho esteve 43 à frente da de Coimbra (1779-1822) e D. João António Binet Pincio esteve 35 à frente da de Lamego (1786-1821).

Menos tempo do que ele no Algarve, mas ainda assim com duração considerável, estiveram outros seus contemporâneos em dioceses portuguesas, como D. Frei Caetano Brandão 15 anos em Braga (1790-1805; fora bispo do Pará de 1782 a 1789), D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara 26 anos em Bragança e Miranda (1793-1819), D. José António Pinto de Mendonça Arrais 25 anos na Guarda (1797-1822; estivera em Pinhel de 1782 a 1797), D. Manuel de Aguiar 25 anos em Leiria (1790-1815) ou D. José Francisco Miguel António de Mendonça 22 anos no Patriarcado de Lisboa (1786-1808).

O episcopado português dos fins do século XVIII e princípios do XIX, em que D. Francisco Gomes do Avelar se integra, apresenta assim uma relativa estabilidade e continuidade. Estabilidade e continuidade que contrastam com as duas características mais evidentes da época, por toda a Europa e incluindo-nos a nós, a saber, a instabilidade e a descontinuidade. Lembremos que D. Francisco foi feito bispo no ano em que começou a Revolução Francesa, cujas sequelas cá chegariam em breve, contribuindo para a doença mental da rainha Dona Maria I, trazendo ideias e sentimentos novos que foram minando as bases culturais, sociais e políticas do Antigo Regime e transtornando toda a vida nacional, anos depois, com as invasões napoleónicas. D. Francisco e os seus colegas no episcopado português foram todos, de um modo ou de outro, apanhados por este violentíssimo tornado e tentaram, cada um a seu modo, salvar a alma religiosa da nação. E, ainda aqui, a comparação dos respectivos perfis e actuações define o conjunto e realça o prelado algarvio.

Referindo apenas os bispos acima nomeados, relembro a persistência da tradição episcopal de corte, protagonizada por prelados oriundos da grande nobreza, e que, ou eram capelães dos reis, como os patriarcas de Lisboa, representados pelo Cardeal Mendonça na viragem do século, ou acabavam por manter as suas cortes episcopais nas respectivas dioceses, como fora o caso dos dois imediatos antecessores de D. Frei Caetano Brandão em Braga, D. José e D. Gaspar de Bragança, ambos da família real. Mas relembro também o episcopado pombalino, mais ilustrado e funcional, no sentido que estes termos tiveram no reinado do Reformador: foram coautores ou executantes das medidas governamentais no campo cultural e eclesiástico, num quadro fortemente

nacional e regalista. São representantes deste género episcopal figuras como D. Frei Manuel do Cenáculo (Beja, 1770) ou D. Francisco de Lemos (apresentado para bispo coadjutor de Coimbra em 1773 e depois sucessor de D. Miguel da Anunciação, perseguido este por Pombal). Foram os dois — Cenáculo e Lemos — figuras de primeira plana da política cultural pombalina, membros da Junta de Providência Literária desde 1770.

Vem depois o episcopado nomeado por D. Maria I (rainha a partir de 1777 e governante até 1792), que, não sendo menos esclarecido e reformador, não deixaria de manifestar alguns traços da «viradeira» anti-pombalina, característica do novo reinado. Foram por ela nomeados, além de D. Francisco (1789) e entre vários outros, D. Frei Caetano Brandão (Braga, 1790, e antes Pará, em 1782), D. Frei Vicente Ferreira da Rocha (Castelo Branco, 1782), D. José António Pinto de Mendonça Arrais (Pinhel, 1782 e depois Guarda, a partir de 1797)), D. José António Binet Pincio (Lamego, 1786), D. Manuel de Aguiar (Leiria, 1790), D. José Francisco Miguel António de Mendonça (Lisboa 1786)... Juntemos-lhe ainda a curiosa figura de D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara (Bragança e Miranda, 1793). Será precisamente neste último grupo — o do episcopado de D. Maria I, a Piedosa — que importará integrar D. Francisco Gomes do Avelar.

Demos, para já, um curto relance sobre cada um dos nomeados. D. Frei Caetano Brandão é dos que mais se lhe assemelha na atitude pastoral. Veio de família abastada, estudou Direito e Teologia em Coimbra e fez-se franciscano da Ordem Terceira Regular, da qual foi provincial desde 1768 Frei Manuel do Cenáculo. Foi professor em casas da sua ordem, até ser nomeado bispo do Pará em 1782. Na diocese brasileira mostrou-se sempre reformador e caridoso, visitando a diocese, formando o clero, instruindo e tratando do povo, ajudando os pobres... De 1790 a 1805 desenvolveu na arquidiocese de Braga o mesmo tipo de acção pastoral. Acaba de sair uma sólida e circunstanciada obra sobre o ilustre colega de D. Francisco<sup>2</sup>. Como este, D. Frei Caetano Brandão interessou-se pela formação e reforma do clero, pela observação e acompanhamento da vida paroquial da sua vasta diocese, pela administração do crisma terra em terra, pelo incremento da agri-

---

<sup>2</sup> JOSÉ PAULO LEITE DE ABREU, *Em Braga de 1790 a 1805. D. Frei Caetano Brandão: o reformador contestado*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1997. Traz muitas informações importantes para enquadrar também a acção do prelado algarvio.

cultura e da educação (Colégio dos Orfãos de S. Caetano...). Extremamente caridoso, de tudo se desfazia para ajudar os necessitados, transformando o opulento palácio que herdara dos arcebispos Braganças num desprovido convento. Como D. Francisco, também encontrou resistências por parte dos que lhe deviam estar mais próximos, por não entenderem a mudança de estilo episcopal e o novo pendor pastoral da sua vida e ministério. Era muito cioso das prerrogativas episcopais, lutando contra o que entendia serem ingerências e abusos viessem donde viessem, mesmo de Roma. Procurou ultrapassar o isolamento episcopal, correspondendo-se com D. Frei Manuel do Cenáculo, seu antigo prelado religioso, e também com o bispo do Algarve.

Não é obviamente difícil encontrar pontos de contacto entre D. Francisco Gomes do Avelar e este seu colega de Braga. Também encontraremos distinções possíveis. Mas, antes disso, reparemos nos seus referidos homólogos. Quando D. Francisco veio para Faro, já estava em Castelo Branco D. Frei Vicente da Rocha, aí ficando até 1814. Também provinha duma congregação religiosa — lembremos que o prelado algarvio era oratoriano e o bracarense franciscano (terceiro regular) —, dominicano no caso. Revelou-se um notável construtor, com obras na sé e no paço episcopal. Mais a norte, primeiro em Pinhel, e depois na Guarda, estava como vimos D. José Pinto de Mendonça Arrais. Também revelou alma de edificador, deixando na primeira dessas dioceses um belo paço episcopal e só por resistência das autoridades locais não pôde levantar também um seminário e uma catedral, como planeara. Mais outra característica o pode aproximar de D. Francisco: semelhantemente a este, também procurou não exasperar os franceses aquando da primeira invasão, mas apoiou activamente o levantamento nacional contra eles, mal se desencadeou, formando até um corpo de cónegos e outros eclesiásticos para a defesa da cidade da Guarda. Coincidências encontramos também em D. João António Binet Píncio, freire professo da Ordem de Cristo e bispo de Lamego de 1786 a 1821: construiu o seminário episcopal, abriu aulas de moral, gramática e primeiras letras no Santuário da Lapa, conseguiu poupar a cidade de Lamego à violência da primeira invasão francesa, não se negando a tratar para tal com o terrível Loison.

Mas ainda mais parecido com D. Francisco Gomes do Avelar parece o seu colega leiriense D. Manuel de Aguiar, quase coincidente até nos anos de governo: D. Francisco esteve no Algarve de 1789 a 1816 e D. Manuel esteve em Leiria de 1790 a 1815. D. Manuel de Aguiar era de Évora e, depois de estudar em Coimbra, voltou à sua terra natal, revelando-se sempre muito piedoso, esmoler e educa-

tivo. Por tudo isto o nomeou a Piedosa para a diocese do Lis, onde substituiu um típico bispo de corte, D. Lourenço de Lencastre, de cuja «actividade» Fortunato de Almeida só assinala o seguinte: «... estabeleceu que os cônegos usassem de murças com botões, casas, forros e vivos roxos, e que não fossem à estante». Mal chegou, D. Manuel trouxe o seminário — cujo edifício estava em ruínas — para o paço episcopal, começou a visita pastoral, pregando, administrando sacramentos, respondendo a múltiplas necessidades. Para reforço da sua competência reformadora, conseguiu da Santa Sé o padroado dos benefícios da catedral, com algumas reservas. Como D. Francisco, também contrariou os enterramentos nas igrejas, mandando abrir um cemitério em Leiria e marcando aí o seu próprio jazigo, para dar o exemplo. Fundou um novo hospital na cidade, um colégio para meninas e um novo seminário diocesano. Sofreu também com as invasões francesas, tendo de abandonar Leiria na primeira e na terceira. Depois desta, ainda se abalançou à reconstrução da cidade, uma das que mais sofreu com a guerra: paço episcopal, seminário, colégio, conventos e igrejas...

Dos bispos «marianos» referidos, falta-nos evidenciar mais dois, distintos entre si e também mais afastados de D. Francisco por diversas razões. O primeiro é D. José Francisco Miguel António de Mendonça, patriarca de Lisboa de 1786 a 1808. É ainda um bispo de corte — e dificilmente o patriarca poderia não o ser —, provindo da alta nobreza. Ligado à Patriarcal e à Universidade de Coimbra, da qual foi nomeado reformador reitor em 1779, exercendo o cargo até 1785 Preocupou-se com a instrução religiosa dos seus diocesanos, sendo do seu tempo o *Catecismo do Patriarcado*, saído em 1791 e vigente por mais de um século. Enfraquecido e coagido, teve de assinar uma pastoral — a 8 de Dezembro de 1807 — favorável aos franceses, acabados de instalar em Lisboa. Finalmente, D. António Luís da Veiga Cabral e Câmara, bispo de Bragança e Miranda de 1793 a 1819, se se aproxima de D. Francisco na intenção religiosa e até na resistência aos franceses — como se lhes opôs por atitudes e escritos, Junot mandou-o para Alcobaca sob escolta —, destaca-se sobretudo pela sua piedade e misticismo, que lhe trouxeram muitos reveses em Bragança e Lisboa<sup>3</sup>.

Voltemos então a D. Francisco Gomes do Avelar, agora mais nítido no quadro geral do episcopado português do seu tempo.

---

<sup>3</sup> Para todos as biografias episcopais, começar por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*. Nova edição. III volume. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, p. 483 ss, e as respectivas indicações bibliográficas nos rodapés.

Coincide na atenção pastoral e no acompanhamento da vida da diocese, paróquia a paróquia, com os seus colegas de Braga e Leiria. Como estes, preocupava-se com os pobres e desamparados; como eles e o de Lamego, preocupava-se também com a instrução do clero e do povo; como todos eles e outros ainda, foi construtor e reconstrutor. Como o arcebispo primaz, correspondeu-se com D. Frei Manuel do Cenáculo — inspirador de muita coisa na vida cultural portuguesa, na mais válida tradição pombalina — e interessou-se pelo desenvolvimento agrícola e económico do seu povo. Como vários prelados de 1807-1811, defendeu os diocesanos o melhor que pôde e soube durante as invasões francesas. Como o patriarca de Lisboa, editou um catecismo e como o bispo de Bragança também se interessou pela devoção e a piedade. De todos, aproxima-se mais de D. Manuel de Aguiar e de D. Frei Caetano Brandão, mas creio que se pode destacar no conjunto pela globalidade dos aspectos do seu exercício pastoral e cívico, mais diversificado ainda que o do prelado de Leiria e sem as reticências em relação a Roma que aparecem no de Braga.

É altura de o ouvir a ele mesmo. Folhemos para tal uma obra do começo deste século — a de Ataíde Oliveira —, felizmente recheada de transcrições de textos do prelado: D. Francisco mostra, antes de mais, clara consciência das dificuldades do tempo. Lembremos que a última década de setecentos, viu a radicalização revolucionária em França, sobretudo de 1792 a 1794, a ocupação de Roma pelos franceses em 1797 e o subsequente aprisionamento de Pio VI, falecido no exílio em Agosto de 1799; depois de grande perplexidade pelo futuro do papado e da Igreja, foi eleito em circunstâncias insólitas o papa Pio VII, em Março de 1800. Nessa altura afirmava-se em França o poder napoleónico que, depois de breve acalmia, acabou por se levantar de novo contra o papado, ocupando Roma, levando o pontífice para França em 1809 e aí o mantendo até 1814, procurando arrastá-lo nas guerras que desencadeou por todo o continente e nos molestaram também. Acontecimentos estes que tiveram fortíssimas incidências culturais, pois substituindo regimes e dinastias Europa fora, transtornavam ao mesmo tempo a sociedade civil e religiosa, nas suas fórmulas e representações. Foi emblemática deste quadro a loucura da nossa rainha D. Maria I — substituída pelo seu filho no governo do país em 1792 —, qual prenúncio de muitas outras...

Acompanhemos algumas reacções do prelado algarvio face à marcha de tais factos e ideias. Alguns desabafos ao correr da pena, nas cartas para o seu colega de Beja: «A que lastimoso estado se vê

reduzida a Santa Igreja! *Foris Pugno, intus timores*. Eu não só digo: Paganismo sedicioso, se não também impiedade e ateísmo triunfante», escreve a 9 de Abril de 1793. «No meu Bispado se vão continuando também rogativas a Deus para que nos acuda e abra os olhos a tantos cegos, e do púlpito tenho falado, conforme Deus me ajuda contra a falsa razão e liberdade humana, e descoberto a origem de tantos desvarios, que não é outra senão a soberba dos entendimentos deslumbrados com o falso resplendor da própria excelência, e a dissolução dos costumes», continua a 13 de Janeiro de 1795, agradecendo a D. Frei Manuel do Cenáculo uma pastoral por este enviada, com «doutrina sólida e insigne para servir de Apologia e defesa da Piedade cristã». Note-se que pregava contra as novas concepções de razão e liberdade e respectivas consequências práticas.

A carta de 21 de Outubro de 1797, dirigida ao mesmo prelado, é porventura a mais desenvolvida sobre o tema. Escreve D. Francisco a dado passo: «Também eu vivo em grandes cuidados à vista do geral sistema de impiedade e esquecimento de Deus e da eternidade em que se vive. Não sei que influência maligna tem sido esta, que vai a desencaixar as três máquinas, natural, política e Religiosa, que conservavam o universo em ordem, enquanto trabalhavam nos seus antigos e firmes eixos. [...] vemos de todo arruinada a educação: ninguém quer viver em obediência: a natural afeição já se acabou; o brio, que na falta da virtude reprimia as paixões, quase vai a desterrar-se [...] Os povos sensíveis só recebem impressões do que vêem com os olhos, ou apalpam com as mãos: olham para o sacerdócio com grande indiferença, e muitos com desprezos e Deus sabe quantos com aborrecimento. As ideias da verdade vão-se perdendo. As escolas geralmente ou não as há, ou prejudicam». O trecho é importantíssimo. D. Francisco tem consciência de estar perante uma mudança radical de ideias e comportamentos, sabe que o desafio é total às vivências e convivências tradicionais, mesmo no que se refere à Igreja e seus ministros. Partilhava esta consciência com prelados de diversa origem, do cardeal Mendonça, bispo de corte que escreve de modo semelhante na apresentação do *Catecismo do Patriarcado*, ao bispo pombalino Cenáculo ou ao seu colega Brandão, de nomeação mariana, para só mencionar estes. E, como os mais resolutos deles, procurava responder ao reptado através do melhoramento ou criação de escolas eclesiásticas e civis, mais luz para a contra-luz, mais razão para a sem-razão.

Há um ponto onde D. Francisco revela uma sensibilidade algo distinta da do seu colega de Braga, pelo menos na documentação transcrita por Ataíde Oliveira: a sua reacção aos acontecimentos

de Roma. Fortunato de Almeida e José Paulo Abreu citam alguns comentários de D. Frei Caetano Brandão pouco elogiosos de práticas romanas que cerceariam as prerrogativas episcopais. O arcebispo aprendera com Cenáculo a apreciar a antiguidade cristã, quando os papas não intervinham tanto nas cristandades locais. Cita-se mesmo um passo de Freire de Carvalho, segundo o qual D. Frei Caetano sentira certo contentamento pela primeira ocupação de Roma pelos franceses... Por tudo isto, Fortunato de Almeida acusa o arcebispo de algum jansenismo: no século XVII, Jansénio defendera posições mais propriamente relativas à relação entre a natureza e a graça, mas com o tempo os seus seguidores destacaram-se pela resistência a Roma e a defesa da autonomia episcopal; e lembremos que um dos principais mentores deste mesmo jansenismo em Portugal foi um confrade oratoriano de D. Francisco, o Padre António Pereira de Figueiredo, o mais pombalino dos teólogos de então.

Ora, o prelado algarvio mostra, pelo contrário, grande cuidado e preocupação pelo que se passou entre os franceses e Pio VI e, depois, com o futuro da Igreja aquando da morte deste. Em carta de 19 de Março de 1798, ao seu colega de Beja, escreve: «V. Exa já há-de ter a notícia do trágico fim da Cidade Santa, quisesse Deus que não se verificasse; a ser verdade, grande mudança se deve temer. E eis aqui o tempo mais perigoso, pois se pode reear algum cisma na Igreja». E a 9 de Dezembro desse ano, dirigindo-se ao mesmo interlocutor, acrescenta: «Também peço a V. Exa. que me queira dizer o que se terá determinado ou disposto para que a futura eleição do Sumo Pontífice se faça sem perigo de algum cisma». E a 30 de Dezembro de 1799, já depois da morte de Pio VI, continua; «Estamos à espera da eleição do Supremo Pastor, Deus no-lo dê conforme o seu coração sempre paternal».

Mas numa coisa concordava com o arcebispo de Braga. Para resolver as graves questões postas na altura à Igreja em Portugal, convinha uma acção mais concertada dos prelados e o concurso do poder régio. Assim o escrevera a Cenáculo a 19 de Junho de 1798, enviando-lhe recado de D. Frei Caetano Brandão : «Meu amabilíssimo colega e amigo sincero e Mestre respeitável. A pressa não dá lugar: incluo para V.Exa. a cópia de que me fez favor o nosso Exmo. Primaz; pois o mesmo Senhor me ordena que eu a envie a V. Exa. Mostra o zelo sacerdotal. Mas... esperamos no Senhor que inspirará o Coração dócil do nosso Príncipe para que se anime a cortar, como David, Ezequias e Osias, o sobrado da casa de Deus e os vícios do Povo Santo».

Uma última referência, agora ao sermão que pregou na sé de Faro a 6 de Agosto de 1816, nas exéquias de D. Maria I. É extenso e a vários títulos muito esclarecedor. Sobretudo porque o integra de modo consciente no grupo dos prelados nomeados por D. Maria I, não como puro acaso cronológico mas como propósito consciente da rainha, claramente assumido por ele e outros nomeados. Destaca-se, antes de mais, da política pombalina que reprova e contrasta com os sentimentos marianos. Sucedendo a seu pai e afastando Pombal, em 1777, logo D. Maria I decreta, diz o prelado algarvio, «que se abram sem demora todos os cárceres, e consigam gostosa liberdade todos aqueles a quem uma política de terror tinha aferrolhado e afligido; mas política estranha em Portugal, que os nossos Soberanos nacionais e Portugueses nunca haviam praticado». De seguida desculpa D. José, deixando logicamente a responsabilidade para Sebastião José. Vem depois a referência ao cuidado da rainha na nomeação dos novos bispos: «Na sumamente perigosa escolha dos Prelados, que, no seu Reino Fidelíssimo, deviam conservar o depósito da Fé e zelar a observância da Lei Santa do Senhor e a disciplina da Igreja, pôs esta ilustrada Soberana [...] todo o possível cuidado em eleger ministros dignos».

Ministros dignos, para conservarem a fé, zelar pela observância da Lei de Deus e pela disciplina da Igreja: aí estava o programa de D. Maria I para o episcopado português; aí estava afinal a sua auto-definição como bispo do Algarve naquela tormentosa viragem de século e época histórica.

Terminemos. A grandeza humana e episcopal de D. Francisco Gomes do Avelar não se esbate, antes se distingue, quando o integramos no episcopado português seu contemporâneo. Compartilha de várias preocupações comuns, integra traços de uns e traços de outros, mantém amizades persistentes e correspondências longas ou esporádicas, constitui com tudo isso uma síntese original que fará dele o mais completo e harmónico de todos. É bispo do reinado mariano, mas dá-se sempre com o pombalino Cenáculo. Tempera o episcopalismo deste e de Caetano Brandão — também amigos um do outro — com uma preocupação interessada por Roma e pelo papa: acompanhou o núncio Ranuzzi em Portugal e Itália e vivera em Roma antes de ser bispo. Sabe reformar a Igreja e construir a cidade. Sabe ser teólogo e esmoler, piedoso e prático. Nele o iluminismo católico português encontrou porventura a mais alta representação, quer na vertente teórica quer na concretização útil.